

Por uma ecologia idiomática, em defesa do idioma nacional*

Carlos Gomes de Carvalho**

Dizem mais que este Maira Tupã dividiu entre eles (gentios) as línguas pera que tivessem guerra com os Tapuias, mas não sabem dar a razão delas.

Pe. Jácome Monteiro, Relação da Província do Brasil (1610)

A Constituição da República consagrou como patrimônio cultural do povo brasileiro os “bens de natureza material e imaterial (...) portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade”, entre os quais incluiu as “formas de expressão”. (I, 216). Portanto, a proteção ao patrimônio cultural representado pelo idioma português/brasileiro é um dever constitucional que se impõe a todos, governo e sociedade.

Mas cabe a pergunta: proteção contra o quê? De que tipo de ameaça falamos? Quais os riscos que pesam sobre esse elemento ambiental fundamental?

* Síntese da conferência apresentada pelo autor no I Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, realizado em Florianópolis, de 30 de agosto a 1º de setembro de 2000.

** CARLOS GOMES DE CARVALHO é advogado, diplomado em História, professor universitário e consultor ambiental. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB, do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, da Academia Mato-Grossense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, da União Brasileira de Escritores – (seções de São Paulo e de Goiás), entre outras instituições. Entre alguns de seus livros, estão: Introdução ao Direito Ambiental (3ª ed.), Legislação Ambiental Brasileira – Contribuição para um Código Ambiental, em 3 vols. (2ª ed.), O Meio Ambiente nos Tribunais – Do direito de vizinhança para o Direito Ambiental. Paradigmas de um novo Direito, em 2 vols., Dicionário Jurídico do Ambiente. Os livros de poesia: A Arquitetura do Homem e Hematopoemas etc. É doutorando em filosofia e sociologia pelas universidades Jaime I, de Castelón de la Plana e de Valência.

O idioma será visto aqui precisamente como um elemento intrínseco ao meio ambiente cultural do Brasil, que, na expressão do art. 225 da Constituição da República, é um direito de todos, bem de uso comum do povo, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Então, neste contexto, já posso falar numa, permitam-me o neologismo, *ecologia idiomática*.

Bem de uso comum do povo

Ao entendê-lo como um bem de uso comum do povo, o nosso objeto de trabalho já fica bem delimitado. Afastadas estão pois considerações de ordem meramente lingüísticas e/ou gramaticais que, por si, contribuem para criar uma barreira que, se é sócio-cultural, é também política e econômica, qual seja a de que a pessoa do povo fala errado, enquanto que a elite está "dentro da norma culta". Não interessa portanto apontar aqui preconceitos lingüísticos semelhantes, que já vêm sendo contestados por respeitados autores. Mas vale reconhecer, todavia, que, sob este manto, se albergam preconceitos de ordem cultural e política.

O dinamismo e a riqueza policromática da língua brasileira, num universo já próximo a duzentos milhões de falantes, vivendo num território continental de oito e meio milhões de quilômetros quadrados, constitui-se numa realidade palpável que, por isso mesmo, já não mais se admite falar em unidade monolítica do idioma. Temos, ao contrário, forçosamente, de admitir que o nosso povo possui uma estrutura idiomática multifacetada ou, se se preferir, uma unidade formal incrustada de diversidades. Entendendo assim, os falares regionais e populares não podem ser considerados inferiores a um determinado padrão oficial, normativo, da elite culta. Tal entendimento já é defendido mesmo pelas instituições oficiais. O Ministério da Educação publicou, em 1998, os "Parâmetros Curriculares Nacionais", nos quais se posiciona: "A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre o 'que se deve e o que não se deve falar e escrever', não se sustenta na análise empírica dos usos da língua."¹ Há que se reconhecer, isto sim, que tais diversidades lingüísticas constituem um fator de extrema riqueza para o patrimônio cultural da nação.

1. MED. Parâmetros curriculares nacionais, Língua Portuguesa, 5ª a 8ª séries, p. 29

III Ora, se já está havendo um claro esforço, que só o tempo vai poder confirmar o quão positivo pode ser, para banir preconceitos que, como já disse, não são apenas de ordem cultural, mas igualmente política, cabe então indagar: de que ameaça falamos? E mais ainda: o que tem sido feito para enfrentá-la?

O exército invasor

Trata-se seguramente da invasão impiedosa que vem sofrendo a língua portuguesa/brasileira, sobretudo nas últimas décadas, particularmente por expressões do inglês norte-americano. Se se observar com mais cuidado, se irá perceber que uma língua paralela está-se constituindo. Uma outra língua: não é português, não é inglês, é uma forma híbrida. Não se trata aqui de, inutilmente, combater a multissecular interpenetração de palavras oriundas de culturas as mais diversas e que, praticamente, todos os idiomas do mundo já viveram e, ainda hoje, no denominado "mundo da globalização", vivenciam intensamente.² Não se trata pois de deblaterar contra o inevitável, tal como o fizeram alguns "puristas" gramaticais do século XIX e do início do que findou, ante a penetração de galicismos e anglicismos que, hoje, aí estão muitos bem integrados, tanto na norma culta como na realidade dos falares de nosso povo. A língua portuguesa/brasileira tem demonstrado uma capacidade insuperável para absorver valores de todos os outros idiomas e, neste caso, é tão generosa e fértil quanto o povo e a terra que a tantos abriga e acolhe. Portanto, não se trata de um inútil combate aos neologismos nem tampouco se busca a fossilização idiomática. De que se trata então?

Repito: trata-se da invasão deletéria de um outro idioma que irá tornar-se uma segunda língua (uma língua paralela deturpada) ou se constituirá numa nova. O inglês está invadindo, de modo crescente e despudorado, os escaninhos da vida quotidiana brasileira. Não se trata de desconhecer a importância indiscutível de se manejar um segundo ou, quiçá, terceiro idioma. Isto é mesmo uma necessidade num mundo tecnicamente integrado, comercialmente tão dinâmico, ainda mais em se tratando do inglês, idioma oficial da potência econômica, política, militar e

2 Este é um fenômeno que os lingüistas apontam ocorrer (ou já ter ocorrido) na imensa maioria dos idiomas conhecidos. A tentativa de atualização (ou modernização) alcança até mesmo o latim. A igreja católica, dado o grande número de termos que estão sendo incorporados e criados e a sua necessidade de utilizá-los nos seus documentos oficiais, publicou (1997) o "Lexicon Recentis Latinitas" (Dicionário do Latim Recente).

cultural mais poderosa de nossos dias. Não nos pode mover um extemporâneo xenofobismo. Há que se encarar a realidade tal qual ela se nos apresenta. Mas aqui a questão é outra.

A meu ver, os fatos estão a indicar que já não se trata apenas do milenar intercâmbio cultural, que resulta em mesclagens lingüísticas e outras e que, desde os fenícios, e, depois, com maior intensidade, com os romanos, a humanidade vem presenciando. O que está ocorrendo em nosso país é um processo que poderá resultar na mais completa colonização cultural, vale dizer, numa forma de domínio da mentalidade coletiva. As conseqüências desse processo evidentemente não ficarão apenas no campo da cultura e do idioma.

Essa dominação é tão poderosa que já não mais distingue os limites extensos do conhecimento de um idioma para o acesso a novas tecnologias, para as trocas do comércio, para os contatos diplomáticos ou para o intercâmbio com outras culturas, tampouco existe somente para compor uma explicação para um termo estrangeiro que não tenha equivalência no idioma pátrio. Se o problema estivesse circunscrito apenas a esse campo, problema maior não haveria. Se até a alguns anos as expressões estrangeiras se concentravam essencialmente nas áreas técnica e dos grandes negócios, hoje passa a ter uma presença cada vez mais marcante em todos os setores da vida nacional. O escancaramento da economia brasileira para o capital externo, o triunfalismo da política neoliberal que valoriza ao extremo a ideologia do mercado e se submete ao centro de poder externo, a manipulação política e cultural de conceitos, como o de um "mundo globalizado e sem fronteiras", hegemônico, uma mobilização ideológica sem precedentes a favor do capital internacional, enfim, a desmobilização das forças que poderiam contrapor-se a essa política sem fibras nacionais, contribuíram, nos últimos anos, para estimular a locupletação dominadora do idioma estrangeiro.

Os exemplos são abundantes. Situemos alguns deles: se formos a um "centro de compras", que já se consagrou como sendo *shopping center*, então aí é que nos sentiremos como se estivessemos numa pequena cidade norte-americana. Nomes de lojas, produtos, ofertas e promoções (que são anunciadas como *on sale*) – tudo em inglês. Basta darmos uma circulada pelas ruas de uma cidade brasileira qualquer e veremos o *hot dog* na barraquinha, o *delivery* da pizzaria do bairro, a entrega sendo feita pelo *motoboy*, o *outdoor* da esquina informando o *beach soccer* no próximo final de semana ou convidando para uma *rave* incrementada ou ainda o *folder* que anuncia *peeling* especial para a *socialite* que também está à

procura de um *personal trainer*, e que, antes de voltar para casa, irá até a loja do *shopping* onde se vendem bebidas *diet* e excelentes comidas *light* e, em seguida, vai passar no *pet shop* da esquina para comprar ração para o seu *poodle*, ah! sim, tudo isso ela fará enquanto o seu esposo participa do *workshop* sobre as novas tendências da globalização. Aí está, enfim, um festival de expressões cada vez mais usuais. E tem mais: *Aids* (que é a sigla em inglês para a doença que, em português, é Sida, como aliás é usada em Portugal), *bit*, *in*, *out*, *hot line*, *show*, *layout*, *on line*, *mouse*, *trainer*, *soft*, *workaholic*, *start*, *link*, *e-mail*, *site*, *check in*, *stress*, *copy desk*, *check list*, *play off*, *happy end*, *happy hour*, *drink*, *jeans*, *feeling*, *transfer*, *cockpit*, *best sellers*, *weekend*, *grid*, *showroom*, *release* etc., etc. Sem se falar nos edifícios, restaurantes, casas comerciais, programas de rádio e tv com nomes estrangeiros (a maioria, em inglês) ou com consoantes dobradas ou as apóstrofes do possessivo 's que se repetem ridiculamente por qualquer razão (Souza's bar, Toni's mecânica) etc., etc. O mau exemplo, todavia, não é privilégio apenas do meio social, senão que são os próprios órgãos governamentais, paradoxalmente, que estão contribuindo para a dilapidação de nosso patrimônio cultural comum ou existe qualquer razão para o Banco do Brasil falar num tal "*Personal Banking*"?³

A coisa vai mais além ainda em sua gravidade, quando atinge a estrutura mesma da língua, como é apontada no exemplo do Prof. Pasquale Cipro Neto: "*O ex-prefeito de São Paulo mandou fechar a CMTC, sigla que representa um nome perfeitamente adequado à estrutura da língua portuguesa (Companhia Municipal de Transporte Coletivo), substituindo-a por uma tolice como 'São Paulo Transporte'. Esse nome tem estrutura inglesa, como a de London Airport, New York City etc.*"⁴ Também se verifica um crescente número de crianças com nomes estrangeiros e, quando isso já

3. A propósito, o sistema financeiro instalado no Brasil (aqui o termo "instalado" é proposital, para significar que mesmo aquelas instituições financeiras de capital nacional utilizam abusivamente de expressões típicas de bancos estrangeiros) é todo ele rico de termos em inglês. Mesmo a Caixa Econômica Federal, além do já citado Banco do Brasil, cuja grande clientela é constituída em sua maioria por trabalhadores e gente simples, não se peja em utilizar terminologia estrangeira. E tal como ocorre num *shopping center*, você também se sentirá provavelmente nos EUA ao pretender fazer qualquer aplicação financeira ou mesmo abrir uma mera conta corrente. Ou você compra um bom dicionário inglês - português ou corre o risco de ser engabelado. Parece que as coisas assim são feitas com o objetivo de confundir aqueles que não pertencem a uma "classe superior", ainda que, como é sabido, dinheiro não tem cor, cheiro ou classe. Mas o pedantismo não tem limites. E não é só cultural, é também social. Vejam-se alguns dos termos bancários mais comumente usados, colhidos ao acaso: ATM (Automatic Teller Machines), Asset Management, Benchmark, Blue Chips, Chinese Wall, Commercial Papers, Compliance, Dividend Yield, Disclosure, Duration, Float, Hedge, IPO (Initial Public Offering), Open Market, Private Banking, Rating, Small Caps, Valuation, VAR (Value at Risk) etc.

não é mais possível, adotam apelidos com grafias americanizadas e exóticas, geralmente com o final *son* ou *ton*. Sem se falar, é claro, nos nomes do *show business*, (olha aí), que cada vez mais assumem nomes-artísticos estrangeirados.⁵ E, no campo do entretenimento, então nem se fala: há um verdadeiro estímulo para a divulgação de autêntico lixo musical. Qualquer musicasinha estrangeira (leia-se, norte-americana) que seja do interesse de uma grande gravadora toca-se sem parar nas emissoras, faz a cabeça dos jovens e não sai tão cedo do *hit parade*. Sem dúvida, e é fácil comprovar, existe uma escalada de "poluição" sonora que está contribuindo para erodir a rica tradição musical e poética brasileira, seja pelo seu esquecimento seja pela introjeção⁶ de influências espúrias.

Veja, insisto, não se trata de defender nenhum xenofobismo ou mesmo de esquecer o mutualismo existente entre culturas, tampouco a de criticar o ensino formal do idioma, mas se trata, isto sim, de procurar valorizar um elemento fundamental para um povo, que é o seu vernáculo. É claro que há termos, geralmente técnicos e científicos, impossíveis de uma perfeita tradução ou que, se fossem traduzidos, não alcançariam talvez uma correspondência adequada (daí porque deixei de enumerar vários deles, sobretudo os do campo da informática, inclusive). E existem outros em que é perfeitamente possível fazer, como aliás já ocorreu no passado, uma abasileirização (futebol, escrete, pôster, hambúrguer, trailer, travesti, leiser etc.), adaptando os termos segundo as regras da transliteração fonética.

Quantos e quantos desses estrangeirismos esdrúxulos, tão usualmente utilizados, não têm perfeita correspondência em nossa língua? No entanto, o que se vê é o idioma sendo submerso sob uma avalanche de anglicismos.⁷ Os meios de comunicação, a propaganda, o comércio, to-

4. CIPRO NETO, Pasquale. Português: Excesso de estrangeirismos reflete subdesenvolvimento. Folha de São Paulo, 12/10/97, p. 23.

5. E, falando em festival e em *show business*, é interessante observar como, num recente festival, que se anunciou como sendo da "música popular brasileira", promovido por uma rede de tv., diversos candidatos se apresentaram cantando em ... inglês.

6. Uso o termo aqui em seu sentido psicanalítico mesmo, ou seja, de um "mecanismo psicológico, pelo qual um indivíduo, inconscientemente, incorpora e passa a considerar como seus objetos, características alheias e valores de outrem". (cf. dic. Aurélio):

7. E a subordinação é tão grande, e sem qualquer dissimulação, que até mesmo aqueles termos que nada têm a ver com o inglês são tratados como se o fossem. "É o caso da expressão *mídia*. Ela vem do latim 'medium', plural 'media'. Estamos escrevendo em português uma palavra latina e grafando-a com o sotaque dos outros." - alerta a filóloga Rachel Valença. (Folha de S. Paulo, 5/11/2000).

dos eles influenciam, sobretudo a juventude e colaboram para empobrecer uma das marcas mais ricas de nosso povo. Mas o curioso é que essa nefasta contribuição – tão entranhada está – vem até de setores mais esclarecidos, os quais, em outros campos, combatem a miserabilização geral a que está sendo submetido nosso país. Por exemplo: nos intervalos entre palestras e conferências, já não somos mais convidados para fazermos a nossa tradicional “pausa para o cafezinho”, mas estamos sendo intimados para os indefectíveis *coffee break!* (Quantas vezes você já não ouviu essa expressão no intervalo de uma palestra, em que se deblaterou contra a excessiva presença americana no Brasil? ou em que se afirmou a necessidade de se combater os malefícios da globalização? ou, ainda, em que se discutia a urgência de se proteger o patrimônio cultural brasileiro?)

A subserviência aos estrangeirismos, ao invés de denotar cosmopolitismo, é, antes, traço marcante de subdesenvolvimento não apenas cultural e político como, penso eu, também moral. O desserviço que se presta à cultura brasileira é sem medida e aqui bem cabem as palavras do francês André Suarès: “*Quem vai contra a língua, vai contra o gênio de um povo e contra o seu pensamento; numa palavra, contra a sua vida, no que ela tem de mais duro e de mais durável*”.

A língua como domínio

A língua é um meio de transmissão de conhecimento, de informação, de idéias, enfim, de humanização. Mas é também sabido que ela e, em particular, a linguagem escrita, pode ser igualmente utilizada como forma de domínio.⁸

Em muitos momentos da História, tem servido, como o demonstram diversos historiadores da lingüística, como instrumento de manipulação, de opressão, de ocultação de fatos, de escamoteação da verdade. Em épocas vetustas como, por exemplo, na Índia e na China, a leitura e a escrita eram privilégios exclusivos dos sacerdotes, iniciados nos textos sagrados e seus guardiões, que os mantinham em segredo e eram seus únicos e legítimos intérpretes. Mesmo séculos depois, na Idade Média, o uso da linguagem escrita praticamente só era exercido nos mosteiros.

8. Afirma o conhecido professor Milton Santos que “a história das relações internacionais dos últimos três séculos é também uma história de desvalorização do saber dos outros. Com a globalização totalitária a que assistimos, esse processo se acelera”. In: Folha de S. Paulo, cad. Mais, p. 17, 5/11/2000.

Somente a partir do século XVI é que a Bíblia foi traduzida para outros idiomas que não o latim, o idioma dos clérigos (para o português, a primeira edição é de 1719). A escrita e, por conseqüência, o conhecimento, só foram realmente "populares" em culturas, como a grega, por exemplo, na qual, como nos lembra Marcos Bagno, não havia "*uma casta sacerdotal monopolizadora dos livros sagrados*".⁹

O conhecimento da língua fica restrito a uma determinada classe social e/ou religiosa, na medida mesma em que os detentores desse saber exclusivo criam empecilhos (através de normas gramaticais, ortográficas, semânticas etc.) para a expansão desse conhecimento até as classes não privilegiadas. E é em boa síntese que exemplifica o citado autor: "*Assim, se por um lado, a escrita pode ser apontada como uma das causas fundamentais do surgimento de civilizações modernas e do desenvolvimento científico, tecnológico e psicossocial das sociedades em que foi adotada, por outro, não convém negligenciar fatores como as relações de poder e dominação que governam a utilização restrita ou generalizada de um código escrito*".¹⁰ E se esse processo de excludência ocorria no passado através das normas intralingüísticas, (muitas regras gramaticais artificialmente criadas) hoje ele passa a préexistir pela existência (e exigências) de uma língua paralela.

Então aqui está o ponto nodal da questão: o uso abusivo, esdrúxulo, bizarro, sem sentido e desproposital de um idioma estrangeiro não representa necessariamente a busca de um conhecimento mais universal ou mais sofisticado. Ficasse restrito a campos do saber em que a exigência do conhecimento de um ou mais idiomas fosse condição inafastável para se obter mais saber e, particularmente, ter acesso a um conhecimento não disponível no idioma pátrio, estaria justificado. Não é o caso, contudo; pode-se comprovar. Em assim não sendo, como entender esta questão?

Não posso deixar de encarar essa vulgarização extrema do inglês senão como uma forma de colonização cultural e, por extensão, de discriminação social.¹¹ Num país em que a educação é privilégio de poucos e em

9. BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico*, Edições Loyola, São Paulo, 1999, p. 128.

10. BAGNO, Marcos. *Op.*, cit., p. 128.

11. A "ideologia" do predomínio global do idioma foi bem exposta pelo lingüista Steven Fischer: "*A globalização e a internet devem aumentar ainda mais a influência da língua inglesa. Nunca na história da humanidade um idioma teve tamanha importância. O lema hoje é 'aprenda inglês e prospere, ou ignore e padeça*." In: *Veja*, Páginas Amarelas, abril, 2000.

que mesmo a freqüência a alguns anos de escolaridade não significa exatamente o acesso às fontes de informação (os nossos índices de leitura de livros e jornais é um dos mais baixos entre os países com alguma importância econômica), em que os analfabetos adultos sobem à casa dos milhões, em que, igualmente, milhões de crianças em idade escolar estão nas ruas, sem se falar em quase igual número dos analfabetos funcionais, a linguagem escrita e a leitura no idioma em que se nasceu e vive é uma impossibilidade presente no horizonte de grande parte da população.

Aliás, a questão do acesso à informação e ao saber forma o quadro de impossibilidades estruturais que compõe a realidade brasileira: milhões sem teto, sem saúde, sem trabalho, sem terra, sem escola. É sabido da imensa dificuldade que uma pessoa analfabeta ou semi-alfabetizada tem em compreender a linguagem empregada pelos poderes públicos. As normas legais, as diretrizes que norteiam os atos públicos, as relações negociais e empregatícias tornam-se uma estranha criptografia para milhões nelas interessados. Daí também, em grande parte das vezes, não saberem mobilizar-se em defesa de direitos que sequer sabem que existem. Só uma ínfima parcela da população tem acesso e entende leis fundamentais, como a Constituição, por exemplo. Não saber ler/escrever, não ter condições de interpretar os signos da linguagem, não poder instrumentalizar a palavra, é estar paralisado ante uma dada realidade, é estar impossibilitado de poder operar mudanças pacíficas na sociedade, é, enfim, ficar manietado diante do altar da verdade. A ignorância da língua é, portanto, uma forma de submissão, e manter essa ignorância é objetivo mal disfarçado das elites governantes. Um cidadão bem informado reflete e tem condições plenas de exercer a sua cidadania. Na verdade, só se pode mesmo falar em cidadania, em ser cidadão, quando o indivíduo detém um nível mínimo de informação cultural. Só aí deixa de ser massa de manobra inerme nas mãos dos espertalhões de todos os naipes. E o exercício dessa cidadania passa igualmente pela escolha consciente de seus dirigentes. Neste sentido é que informação é poder. E como ter esse poder e exercê-lo, se o idioma de origem, que é a mediação natural para o acesso a esta informação/saber, está em frangalhos e ameaça já não mais existir na sua inteireza?

Neste ponto é que a soberania individual passa também a se confundir com a soberania nacional. Assim, para um povo que mal tem acesso aos significados de seu próprio idioma, em que, não raras vezes, as expressões mais simples se tornam ininteligíveis, (há um dito popular para esses casos, quando se diz: "isto é grego para mim"), permitir-se que se

introduzam tantos estrangeirismos, quase que um novo idioma paralelo ao seu, não será criar mais uma odiosa forma de discriminação político-social? Sim, além de sem-teto, sem-escola, sem-terra, sem-emprego, os brasileiros estão se tornando também sem-idioma? À secular marginalização social, econômica, política e cultural soma-se agora a possibilidade da *marginalização idiomática*.

A situação toma aspectos preocupantes. Percebe-se haver, em muitos casos e em determinados setores, até uma certa "vergonha" em se falar português. É "mais bonito" (atrai mais) o nome da loja ou do objeto posto à venda ser em inglês. Em outros casos, transparece com inequívoca clareza uma indisfarçável arrogância pelo "conhecimento" de um idioma, cuja imensa maioria das pessoas ao seu redor desconhece, e que, na verdade, passa a se constituir muito mais numa maneira de se afirmar superioridade social. A propósito, é interessante lembrar aqui o que, com propriedade, escreveu Millôr Fernandes, em seu 'O Livro Vermelho dos Pensamentos de Millôr': "*Nunca conheci ninguém que falasse duas línguas. Cada palavra, nuance ou ritmia que se aprende numa língua se perde na outra ... Como dizia Shaw: 'Nenhum homem realmente capaz em sua própria língua se interessa em dominar outra.'*"

E nunca é demais afirmar que grande parte desses que, no uso coloquial, usam e abusam do idioma estrangeiro, não raro, muito pouco conhece de seu próprio idioma.¹² Entre estes certamente também estão alguns daqueles professores universitários, (em uma palestra, lembrou-me uma ouvinte) que, lecionando para brasileiros, em escola situada no país e recebendo em reais, distribuem seus textos, escritos no Brasil, em inglês. Muita pretensão e arrogância, sem dúvida. Testemunho assemelhado e que certamente não é em absoluto raro, é o que nos dá Bagno: "*Em minha experiência de tradutor profissional, já me deparei algumas vezes com situações que poderíamos classificar de surrealistas. Pessoas que fizeram doutorado no exterior me procuram para que eu traduza para o português teses escritas originalmente em inglês ou francês. Quando pergunto à pessoa por que ela mesma não faz a tradução, a resposta que eu recebo é chocante: 'É porque eu não sei português'*"¹³ E, com uma estupefação que em

12. É preciso dizer que o simples fato de um indivíduo falar um (ou mais) idioma, ou entendê-lo, por si só não denota cultura; pois, se assim fosse, diplomatas, marinheiros e mascates estariam entre as pessoas mais sábias do planeta.

13. BAGNO, Marcos. Op., cit., p. 108.

si mesma já é um diagnóstico, conclui: "Como é possível? Uma pessoa que escreveu uma tese de 500 ou 600 páginas num idioma estrangeiro, e que obteve assim o seu grau de doutor, de Ph.D., em sua especialidade científica, tem receios de escrever em sua própria língua materna?".¹³ Não será difícil supor que em muitas dessas teses estejam indicações válidas para livrar o povo brasileiro das amarras do subdesenvolvimento, dar-lhe melhores condições de vida e proporcionar-lhe um ambiente saudável, e que apontem caminhos para tirar o país da dependência econômica, acompanhadas de justas manifestações de solidariedade social para com os excluídos. Porém, como pautar uma discussão proveitosa nesse campo se se esquecer de um fenômeno concreto e objetivo como o idioma pátrio? Como arregimentar as mentes e corações de um povo, se não se fala a sua linguagem e se o seu idioma materno é tão menosprezado?

A verdade contudo é que é no campo vasto, dinâmico e fluido da língua é que se dá a ancoragem de propostas políticas e filosóficas que podem conquistar a alma de um povo.

"Se habita uma língua"

Com efeito, o verso cabralino¹⁴ é uma síntese que justifica a visão do idioma como um direito ambiental (uma *ecologia idiomática*) protegido pelo mandamento constitucional. O idioma é a pátria, é o patrimônio cultural mais importante legado pelos nossos antepassados e que cabe preservá-lo para as gerações vindouras. Quando se discute patrimônio cultural, proteção do meio ambiente, inevitavelmente há que se estabelecer um contexto preciso. E, ao assim fazê-lo, a mediação que se estabelece é através do idioma. É ele que, como reza o texto constitucional, é portador de "referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira."

A agressão crescente que sofre o idioma brasileiro fere, sem dúvida, o princípio constitucional que o tem como "portador de referência à identidade, à ação, (e) à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". A avalanche de termos, denominações e expressões nor-

14. "J. agora que de regresso / não a teu país, mas à mesma / língua em que te falei / íntimo de cama e mesa / eis que aprendo, nesta paisagem / da de teu país tão diversa, / como se habita uma língua / como se fala Marselha." in: Museu de Tudo.

te-americanas que se mesclam acintosamente no vernáculo quotidiano, gerando uma língua híbrida, desfigura, por certo, a exigência constitucional de ser elemento portador de referência à identidade e à memória da sociedade brasileira.

A situação de evidente perigo para o idioma se torna mais aguda na medida em que, cada vez mais, a sociedade brasileira, e nisso ela não é diferente das demais, está sendo "governada" pelas tecnologias audiovisuais. Mas no que somos diferentes de outras culturas, sobretudo européias e norte-americanas, é que, a partir de um baixíssimo, quase nulo, nível de cultura do livro, estamos saltando para a era do som e da imagem. Isto seguramente tem implicações fortíssimas na formação da consciência cultural do povo, pois, enquanto a leitura é reflexiva, crítica, conclusiva, ativa, a informação (que também passa a ser formação) advinda dos meios de comunicação audiovisuais (rádio e tv) é superficial, facilitada, fragmentada, passiva, dispersa e não-crítica. Não é preciso dizer, pelo que conhecemos da qualidade da programação de nossas emissoras, qual será a repercussão (qual está sendo) no idioma de nosso povo, no que ele tem como portador de referência à identidade da sociedade brasileira.¹⁵

Tanto quanto ocorre com inúmeros outros bens culturais e naturais que sofrem variadas formas de poluição, essa invasão de estrangeirismos, sobretudo anglicismos, representa uma espécie de impacto ambiental extremamente negativo. Essa poluição, corrosão, enfim, a dilapidação do idioma nacional, um patrimônio cultural ancestral, coloca em risco a identidade social e a memória histórica do povo brasileiro.

Ouso aqui fazer uma citação de Monteiro Lobato, feita para um outro contexto, mas que se pode ajustá-la, sem forçar muito, ao tema de que ora trato. Em "Emília no País da Gramática", dona Etimologia conversa com as crianças do Sítio do Pica-pau Amarelo, e lá pelas tantas, depois de explicar sobre o dinamismo das línguas, e comparando o português de Portugal com o português falado no Brasil, diz: *A língua desta cidade (referia-se ao Brasil) está ficando um dialeto da língua velha. (de Portugal). Com o correr dos séculos é bem capaz de ficar tão diferente da língua velha como esta*

15. Sem se falar que as programações televisivas, sobretudo as telenovelas, veiculam com quase exclusividade a expressão lingüística de uma determinada região do país (Rio particularmente e, mais ainda, "ipanemense e copacabanense") que paulatinamente se está sobrepondo às das demais, o que poderá resultar, em médio prazo, numa perniciosa homogeneização do idioma, a partir daquele centro.

ficou diferente do latim. Vocês vão ver." Que riscos não corremos de, a continuar esse processo de colonização idiomática, o nosso português/brasileiro, em futuro não muito longínquo, vir a se transformar em mero dialeto do idioma tal como hoje o conhecemos, tornando-se dele tão diferente quanto o português se tornou do latim? Ou, mais grave até do que isso (como se tal fosse possível), vir a tornar-se uma sublingual, um idioma marginal?

Diante desse quadro, é evidente que se impõe à defesa do patrimônio cultural idiomático com a mesma ênfase, dedicação e entusiasmo com que hoje estamos empenhados na proteção de nossos recursos naturais, do ar puro, do ambiente saudável, do patrimônio histórico e artístico nacionais que, enfim, tanto quanto o idioma, compõem a qualidade de vida – um direito humano fundamental. Com efeito, o pleno uso do idioma pátrio é um direito inalienável de seus filhos e é parte integrante da qualidade de vida de um povo dele poder fazer uso, tal como seus antepassados o fizeram. E mais ainda, dentro de parâmetros idiomáticos estruturais da história cultural da nação, é um dever de todos poder contribuir para o seu aperfeiçoamento e evolução, tal como fizeram seus avoengos.

O dispositivo constitucional (§ 1º, art. 216) determina que "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural brasileiro", onde inscreve meios protetores como "vigilância (...) e outras formas de acautelamento e preservação." E como fazê-lo? Eis a questão.

Não se pretende, é óbvio, a fossilização do idioma, nem se defende que se erga uma barreira ao intercâmbio cultural, tampouco será possível forçar uma segregação lingüística. Seriam atitudes tolas, extemporâneas e de todo impossível no interligado mundo contemporâneo. Muito menos que a tal se proceda exclusivamente através de legislação.

O que fazer?

Não tenho a pretensão de trazer lições, para as quais outros estão melhor aparelhados, particularmente no campo estrito da lingüística e do ensino do idioma. Arrisco-me, não obstante, a fazer algumas considerações derradeiras sob o viés daquilo que estou denominando de *ecologia idiomática*.

Obstáculos por certo existem, e não poucos. O maior deles é de ordem estrutural: uma população de milhões de analfabetos, somada a outro tanto dos denominados analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que

freqüentaram a escola por algum tempo e dela saíram sem ter desenvolvido a capacidade de leitura e escrita. Há uma outra camada significativa, e esta abarca mesmo aqueles que freqüentaram a escola superior, que é aquela que não desenvolveu o hábito da leitura e da reflexão. O índice de leitura de livros, jornais e revistas é baixíssimo, sendo inclusive inferior até a muitos países de menor potencial econômico. Em compensação, o acesso aos meios de comunicação eletrônicos (rádio, tv e, agora, a internet) é quase que total. A par disso, vive a imensa maioria da população brasileira na carência de condições mínimas de vida: sem emprego, sem alimentação, sem saúde, sem habitação, sem transporte, sem acesso a bens culturais, em resumo, sobrevivem a uma pérfida distribuição de renda. Por outro lado, o investimento em educação, sobretudo no nível básico, não acompanha as necessidades do país. Não há escolas em número suficiente, professores ganham verdadeira miséria, estabelecimentos são mal equipados e faltam bibliotecas escolares. Assim, a dificuldade para a defesa desse patrimônio cultural comum é hercúlea. Mas nem por isso capaz de impedir que se adotem medidas que contribuam para a sua proteção.

Lei de proteção ao patrimônio cultural idiomático

A lei maior da Nação estabelece mesmo (§ 4º, art. 216) que “os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.” Então, uma legislação que passe a considerar como dano ao patrimônio cultural comum, como ameaça à identidade e à memória da sociedade brasileira o uso abusivo de expressões estrangeiras, aliada a uma ação efetiva e vigilante (vigilância e acautelamento na dicção do § 1º, art. 216), poderá ser parte desse esforço coletivo.

16. Talvez seja a França hoje o país que mais longe foi nessa oposição. Em 1994, o então ministro da Justiça Jacques Toubon conseguiu a aprovação de lei, que levaria o seu nome, e que determinou, em qualquer situação, o uso de termos exclusivamente franceses. Nesse mesmo ano, em 29 de julho, o Conselho Constitucional censurou parcialmente a lei para determinar a obrigação do idioma em atividades da vida social, comercial e intelectual, dela retirando a obrigatoriedade do uso em caráter privado. Toda vez que surge um termo novo e que não exista correspondência em francês cabe ao Conselho Superior da Língua Francesa procurar essa adequação. Em sua época, Charles De Gaulle proibiu terminantemente que os diplomatas franceses, quaisquer que fossem as circunstâncias, jamais usassem em solenidades oficiais outro idioma que não o francês.

Com efeito, não há porque se aceitar a substituição de nomes e expressões perfeitamente vernaculares por aqueles de uma língua estrangeira, ou seja, só poderá ser, em último caso, admitida a grafia em outras línguas de nomes que, absolutamente, não encontrem correspondência idêntica ou ideal em nosso idioma. Da mesma forma, nomes de casas comerciais, de programas dos meios de comunicação etc.¹⁶

A pretensa modernidade de uma tradução forçada representa um verdadeiro saque contra um patrimônio tradicional do povo brasileiro. A conspiração desse bem coletivo pode, a meu ver, ser tida, além de um crime de lesa pátria, também como uma *forma de poluição* e, como tal, penalmente enquadrada, até mesmo em dispositivo da Lei nº 9.605/98.

Na verdade, não há como deixar de se considerar como crime o processo, lento mas inexorável, de destruição, inutilização e deterioração (segundo as tipificações do art. 62, da citada Lei) da língua pátria. Esse processo modernoso, característico de um cosmopolitismo periférico, hoje espalhado por todo o país, é extremamente danoso ao patrimônio cultural coletivo representado pelo idioma. E a significação telúrica do discurso vernacular, tão representativo da alma de um povo, se acha umbilicalmente ligada a expressões sangüíneas como pátria, espírito coletivo, solidariedade, história da nação, coesão social, aspirações nacionais.

Não somos dessa raça de servos

Não vejo como deixar de lançar aqui um forte brado contra a violência que se pratica contra nosso belo idioma. Aqueles que lutam em defesa dos recursos naturais, pela proteção do patrimônio histórico e artístico nacionais, pelo ar puro, pela água limpa, não poderão jamais deixar de também erguer suas vozes em defesa desse patrimônio cultural único que é o idioma nacional. Temo que, num futuro não muito longínquo, venhamos a repetir, com outras palavras, a epígrafe que encima este artigo: que a linguagem da nação foi dividida para que nos separássemos ainda mais, aprofundando a exclusão social, sendo fortes e poderosos os que sabem e adotam a língua estranha, e fracos, divididos e inermes – uma espécie de cidadãos de segunda classe – os que sequer conhecem bem a língua pátria.

A língua de um povo é a testemunha mais autêntica da história de seus sofrimentos e de suas alegrias, ela impulsiona as suas aspirações e absorve as suas amarguras, louva as suas vitórias e explica as suas derrotas, consola seus desencantos e dá asas aos seus sonhos. Os sons e as palavras que compõem o idioma é a alma e o sangue que dão vida a um povo.

É preciso, ainda agora, recordar os versos inspiradores de Ronald de Carvalho: "*América, teus poetas não são dessa raça de servos que dançam no compasso de gregos e latinos!*"

Brasileiros, não podemos ser como os servos que dançam em subserviência à linguagem do Império.¹⁷

17. Aqui me aproprio do conceito de Antônio Negri e Michael Hardt (em "Empire" – ainda sem tradução): "O Império é a Constituição do mercado global. Naturalmente, quando se fala em Constituição, entendem-se duas coisas: o ordenamento jurídico e o comando. O comando imperial já está constituído, o ordenamento jurídico está em via de constituição" – Negri. / "Império é o nosso nome para a forma política da globalização capitalista. (...) O Império é ilimitado no sentido espacial, não há nada externo a seu poder. O Império domina a totalidade. O Império também é ilimitado no sentido temporal, já que seu domínio é posto como necessário e eterno, em vez de temporário e transicional. Finalmente, o Império é ilimitado em um sentido social, pois busca controlar toda experiência social; o objeto do Império é a própria forma de vida. (...) É a primeira vez que vemos uma forma verdadeiramente ilimitada de poder." M. Hardt. In: Entrevista à Folha de S.Paulo, cad. Mais, p. 7, 24/09/2000.